

A CIDADE CAPITALISTA NA PRODUÇÃO DOS EXCLUÍDOS E OS EXCLUÍDOS NA PRODUÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA: O PARADOXO DA EXCLUSÃO URBANA

Thiago CANETTIERI¹

RESUMO

O presente artigo visa explorar, a partir de uma abordagem dialética, o processo de exclusão social observado nas cidades capitalistas. Pretende-se discutir teoricamente a dialética existente na dinâmica da produção capitalista do espaço que acaba por resultar no cenário de exclusão para diversos indivíduos e, ao mesmo tempo, esses mesmos indivíduos acabam por garantir a reprodução a cidade capitalista contemporânea. A relação imbricada dos excluídos como produtos e produtores da cidade capitalista revela o atual processo da produção capitalista do espaço que garante a reprodução material e simbólica do próprio capitalismo. O objetivo desse artigo é desvelar o caráter contraditório da urbanização capitalista, tendo como enfoque o caráter da (re)produção dos excluídos sociais dentro dessa lógica. Como será argumentado, eles atuam de forma ativa na produção da cidade. São necessários ao sistema, são integrados por serem excluídos. Assim, o que é excluído se revela como integrado ao sistema. Mas é exatamente na sua inserção ‘negativa’ na totalidade capitalista que os excluídos se configuram como negação possível a essa totalidade.

Palavras chave: Cidade Capitalista. Exclusão Social. Produção socioespacial. Paradoxo Urbano.

¹ Graduado em Geografia pela PUC-Minas. Mestre em Geografia pela PUC-Minas. Doutorando em Geografia pela UFMG.

THE CAPITALIST CITY IN PRODUCTION OF EXCLUDED AND THE EXCLUDED IN PRODUCTION OF THE CAPITALIST CITY: THE URBAN EXCLUSION PARADOX

ABSTRACT

The present article aims to explore, from a dialectical approach, the process of social exclusion observed in capitalist cities. It intends to theoretically discuss the existing dialectic in the dynamics of capitalist production of space that ends up resulting in the scenario of exclusion for several individuals and, at the same time, these same individuals end up guaranteeing reproduction the contemporary capitalist city. The imbricated relation of the excluded as products and producers of the capitalist city reveals the current process of capitalist production of space that guarantees the material and symbolic reproduction of capitalism itself. The objective of this article is to reveal the contradictory character of capitalist urbanization, focusing on the (re) production of the social excluded within this logic. In this way they act actively in the production of the city. They are required by the system, they are integrated because they are excluded. Thus, what is excluded turns out to be integrated into the system. But it is precisely in their 'negative' insertion in the capitalist totality that the excluded are configured as a possible negation of this totality.

Keywords: Capitalist City. Social Exclusion. Sociospatial Production. Urban Paradox.

1 INTRODUÇÃO

Nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos perpetua-se um processo de reprodução econômica-social que possuem causas diversas, mas resultados muito próximos: a produção e o aprofundamento das desigualdades sociais. Essas cidades se tornaram o lócus da interdição dos direitos sociais, da pobreza e da exclusão, embora sejam, contraditoriamente, cidades de vastos crescimentos econômicos. Essa situação revela o alto nível de complexidade do fenômeno da urbanização capitalista, que se revela, em todo momento, intensas contradições que se refazem constantemente na práxis cotidiana. Milton Santos (1978) esclarece essa situação ao afirmar que “[...] o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como um processo contraditório”. Contraditório em sua essência própria da lógica de acumulação capitalista já descrita por Marx (2013).

Se as cidades são, como afirma Harvey (2012) o lugar da reprodução do capital, elas são, também, o lugar da incidência da pobreza e exclusão. A economia política da cidade capitalista, juntamente com a estética elitista da sociedade segregada, deseja limpar os espaços da visão dos excluídos, empurrando-os para as favelas, guetos e bairros e, assim, confina-los a uma situação que se refaz constantemente.

Conforme é apresentado por João Antônio de Paula (2006, p.9), no contemporâneo processo de “globalização globalitária” acompanha-se também a crise das grandes cidades, que são “forçadas a mimetizarem a ordem capitalista e suas consequências” tais como a fragmentação e segmentação social e espacial; a hierarquização perversa; a exclusão; a redução, amesquinamento e privatização dos espaços.

Pretende-se discutir teoricamente a dialética existente na dinâmica da produção capitalista do espaço que acaba por resultar no cenário de exclusão para diversos indivíduos e, ao mesmo tempo, esses mesmos indivíduos acabam por garantir a reprodução a cidade capitalista contemporânea. A relação imbricada dos excluídos como produtos e produtores da cidade capitalista revela o atual processo da produção capitalista do espaço que garante a reprodução material e simbólica do próprio capitalismo. O objetivo desse artigo é desvelar o caráter contraditório da urbanização capitalista, tendo como enfoque o caráter da (re)produção dos excluídos sociais dentro dessa lógica. Não se almeja, com esse artigo, ser extensivo dentro da situação e da abordagem. A ideia é que se possa apresentar, em linhas gerais, alguns dos paradoxos da cidade que está se reproduzindo atualmente, dialogando com alguns autores que possam fornecer embasamento suficiente para discutir e analisar a situação a partir de uma perspectiva crítica.

A importância dessa discussão se faz emergencial frente à realidade observada nos centros urbanos dos países não desenvolvidos. Periferias cada vez mais extensas e aglomeradas, exploração desde o trabalho até a situação da moradia e do transporte, interdição dos direitos sociais, fragmentação e hierarquização da sociedade, contribuem para um cenário social que espolia os trabalhadores em prol de uma acumulação de capital para poucos (CANETTIERI, 2015).

Dessa forma, o argumento central funda-se na necessidade de recuperar a noção referente a existência de uma dialética entre a produção da cidade capitalista e a produção de excluídos socialmente. Pretende-se assim demonstrar que a exclusão de milhares de pessoas nos sistemas urbanos contemporâneos é resultada da própria lógica de produção da cidade, ao passo que, para a cidade se fazer de tal maneira, é necessária a fundamental participação dos excluídos².

Importante salientar a necessidade, que para a compreensão dessas contradições nas cidades, de partir para uma abordagem radical – que vá em direção à raiz do problema – e que possa, de fato, avançar em direção a alguma mudança. Como bem lembra Harvey (2009, p.09) “[...]o único caminho adiante é confrontar os processos básicos que geram esse estado.”

O presente artigo está dividido em cinco seções, incluindo essa introdução, para um melhor desenvolvimento das ideias aqui contidas. Na próxima seção explora-se a literatura sobre a cidade capitalista e o processo de urbanização sob a égide do sistema capitalista. A seguinte é dedicada a revisão da literatura referente ao fenômeno da exclusão social, sua reprodução na sociedade capitalista. Enfim, aborda-se o caráter contraditório que acreditasse ser inerente às cidades capitalistas do mundo subdesenvolvido, destacando e analisando os processos que produzem e exploram os excluídos das cidades. Em seguida constam as considerações finais.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE CAPITALISTA

A cidade capitalista contemporânea é um fenômeno recente e se difere substancialmente das outras experiências citadinas na história (LEFEBVRE, 2008). Antes da

² Assim, vale questionar o próprio termo corrente de ‘excluídos’. O argumento que será desenvolvido aqui é que eles são constituintes da realidade do modo de produção capitalista e não estão ‘fora’ desta totalidade – mas que se inserem exatamente enquanto ‘parte da não-parte’ dessa totalidade que é o que a sustenta. Sobre isso ver: Rancière (1996) e Žižek (2014).

ascensão do capitalismo como modo de produção hegemônico, as cidades possuíam características bem específicas, embora não representassem a base da produção social das sociedades antigas e medievais. Com o espraiamento e desenvolvimento do capitalismo, do monopolismo ao sistema financeiro globalizado, a cidade também acompanhou e se reinventou constantemente (LEFEBVRE, 2008).

A cidade deve ser entendida como sendo o lócus de intensas modificações do espaço, a partir do trabalho do homem, produzindo e reproduzindo novas espacialidades e temporalidades, permeados de significados e definido por relações de poder. Conforme Harvey (1980, p.34), deve-se “considerar a cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”, um reagindo ao outro em um processo dialético de superação. Dessa maneira os diferentes usos do solo encontrados no espaço urbano revelam os processos de produção das estruturas, formas e funções da cidade como um processo social ao longo do tempo.

Deve-se compreender o espaço urbano, sua dinâmica e seu arranjo espacial, primeiramente, como um produto social que é resultado de ações acumuladas através do tempo, sendo criado e recriado constantemente por agentes que produzem e consomem o espaço (CORRÊA, 1993). Sobre a ação desses agentes, Roberto Lobato Corrêa (1993) apresenta cinco grandes agentes produtores e consumidores do espaço³, esclarecendo a lógica complexa que atuam, derivando da dinâmica da própria acumulação capitalista, de necessidades mutáveis das relações de produção e dos diversos conflitos de classe que dela tendem a surgir.

Cabe salientar que esses agentes atuam no espaço urbano tendo por referência um “marco jurídico” que visa regulamentar a sua atuação. No entanto, este marco não é neutro e reflete os interesses do(s) agente(s) dominante(s). Lefebvre, citado por Corrêa (1993, p.12), afirma que o espaço urbano das grandes cidades capitalistas se constitui um “instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos da acumulação de capital”.

Embora Corrêa (1993) apresente a separação dos agentes, não é rara a interligação dos mesmos, excetuando os socialmente excluídos, na dinâmica processual da produção do espaço. Com relação aos capitalistas (proprietários dos meios de produção) é importante destacar que, apesar de se apresentarem divididos em frações (industrial, comercial, financeira, serviços, etc.), possuem o mesmo objetivo: o lucro. Também não se pode ignorar que em uma sociedade

³ Estado, Proprietários dos Meios de Produção, Proprietários Fundiários, Promotores Imobiliários e os Grupos Socialmente Excluídos.

de classe o Estado representa os interesses da classe dominante. Tem-se então que quatro, dos cinco agentes definidos por Corrêa (1993) atuam de modo integrado, direta ou indiretamente.

A cidade está intimamente relacionada com o desenvolvimento do capitalismo. O processo de urbanização, como defendido por Harvey (1980; 2012), é extremamente necessário para absorver o capital excedente e assim, poder produzir novos capitais. A forma da cidade e o processo urbano tal como vista atualmente está imbricada à estrutura do capitalismo. Como expresso por Liberato (2007, p.99): “a cidade é de suma importância para a formação e reprodução do capital”. A organização espacial das cidades, as estruturas fixas e os fluxos, são todos resultante da lógica de acumulação capitalista impregnada tanto na produção quanto na reprodução dos espaços citadinos. Segundo Castilho (2011, p.95), o espaço urbano é o “locus da expansão de ações cujas intenções acham-se perfeitamente vinculadas à obtenção de lucros”. Harvey (2012, 1978) chega a afirmar que o processo de urbanização representa fundamental papel para a absorção de capital ao longo da história do capitalismo. Assim, segundo o autor:

A reprodução do capital passa pelos processos de urbanização em inúmeras formas. Mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade do poder da classe capitalista em dominar o processo urbano. Isto implica a dominação da classe capitalista não só sobre aparatos estatais, mas também sobre populações inteiras - seu estilo de vida, bem como sua força de trabalho, o seu valor cultural e política, bem como suas concepções mentais do mundo. (HARVEY, 2012, p. 65).

A urbanização da sociedade e do território deve-se a urbanização do capital. As cidades se tornaram o locus preferencial para a reprodução ampliada do capital acelerada e como forma de realizar o controle da população. Dessa forma, as cidades tendem a servir primeiramente as necessidades das classes hegemônicas.

Como bem lembra Castells (1975), a cidade serve, em primeira instância, para a reprodução da força de trabalho, através de mecanismos complexos de organização e controle social, que garante manter força de trabalho para o capital usufruir em sua reprodução ampliada. No entanto, Lojkin (1981) afirma que a cidade não serve somente para essa reprodução da força de trabalho, mas sim para satisfazer as condições gerais da produção, que abrange todo o aparato legalizado para garantir a propriedade privada, livre circulação de mercadoria, serviços e a provisão de infraestrutura básica, tanto para o consumo produtivo como para o consumo individual-final.

O autor ainda chama atenção particular para esse último ponto, das infraestruturas básicas que ele nomeia de Meios de Consumo Coletivo. Elementos que, ainda que sejam

improdutores de mais valias por si só, “são cada vez mais necessárias à própria produção material como meio de formação ampliada das forças produtivas humanas.” (LOJKINE, 1981, p.129). Segundo o autor são condições necessárias para garantir a continuidade do processo de reprodução, da força de trabalho e do capital.

A produção de meios de consumo coletivos como a escola ou o hospital oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em compra de força de trabalho e de meios de trabalho que só funcionam no processo de consumo. São, portanto despesas indispensáveis para transformar o resto do capital variável em salário, e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final. (LOJKINE, 1981, p. 129).

Assim, além de representarem o meio de garantir força de trabalho para serem extorquidos no processo de produção os meios de consumo coletivo aparecem como elementos fundamentais para garantir os consumos individuais. “São os suportes materiais desse condicionamento do consumo individual” (LOJKINE, 1981, p.131). São elementos que permitem o consumo individual posterior, como a energia elétrica que, sem a qual, não seria possível consumir eletrodomésticos.

Assim, os meios de consumo coletivo estão diretamente ligados à satisfação das condições gerais da produção sendo a cidade uma forma espacial capaz de ampliar a ação desses meios de consumo coletivo devido a aglomeração. Segundo o autor a cidade capitalista não pode ser definida sem referência aos meios de consumo coletivo.

Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a cidade – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção das quais a urbanização, já vimos, é componente essencial. (LOJKINE, 1981, p. 137).

Essa lógica da cidade anteriormente descrita e analisada interfere diretamente na política das cidades. David Harvey (1996) fala que o governo municipal passou para um empresariamento, afirmando que “[...] a administração urbana se transformou em uma forma de capitalismo tardio”. A produção da cidade se faz a partir de uma parceria público-privada, em que “[...] as tradicionais reivindicações locais são integradas com a utilização do poder público para atrair fontes externas de financiamento ou de investimento”. No entanto, como ainda lembra Harvey (1996, p.53), essa parceria está baseada numa divisão desigual, em que o poder público “[...] assume os riscos e a iniciativa privada fica com os benefícios”.

Assim esse “novo empresariamento urbano” descrito por Harvey (1996) pode ser caracterizado por uma parceria público-privada em que se reproduz a lógica capitalista, em que acontece a apropriação da riqueza e a socialização dos riscos. Essa parceria tem por objetivo político e econômico o imediato, configurando à própria dinâmica capitalista.

As cidades se tornaram empresas. As cidades foram apropriadas por uma classe social que explora não apenas o trabalho, mas a própria reprodução da vida. Os lucros que a cidade produz (que são muitos) são destinados à pequena parcela da população, enquanto as mazelas produzidas por esse processo atingem grandes contingentes populacionais (HARVEY, 2012). Assim, por terem sido transformadas em empresas, em corporações privadas, as cidades deixam de ser um espaço político. Como é colocado por Vainer (2000), Marx descrevia as fábricas com avisos nas portas “proibida a entrada a não ser para negócios”, assim, as cidades corporativas atuais adotam as mesmas posturas das fábricas descritas. Nesse sentido é que Vainer (2000) vai trabalhar a noção de Cidade Empresa. Segundo o autor a globalização criou uma nova forma de se perceber e de fazer a cidade, em especial para os seus gestores. Nas palavras do autor, os “[...] prefeitos que descobriram ter um novo papel. Eles já não são apenas administradores burocráticos, mas comportam-se como empresários que investem e vendem um produto, a sua cidade.” (VAINER, 2000, p.5)

Essa situação, segundo Vainer (2000) vai representar o sacrifício da política. Como na lógica interna das empresas, não existe oportunidade para exercer a cidadania que acaba sendo perdida. A democracia real é, segundo Vainer (2000), substituída pela “democracia direta do capital” que representa um modelo de gestão pública em que há muitas facilidades para que proprietários, agentes financeiros e etc. decidam sobre os destinos dos governos, das políticas públicas e das cidades. As cidades não são vistas como espaços políticos da real democracia, mas um espaço para se fazer valer a “democracia direta do capital” (VAINER, 2000). Observa-se como a política foi afastada das cidades, as prefeituras não falam mais de governos, mas de administração e gestão. As cidades adotaram características de empresas privadas e marcam o fim da cidadania.

E, dessa forma, a produção do espaço urbano sob o capitalismo possui como imperativo que ordena esse processo a busca pela reprodução ampliada do capital, mesmo que isso signifique detrimento das condições de vida de muitas pessoas.

3 A EXCLUSÃO SOCIAL COMO FUNDAMENTO DO CAPITALISMO

A produção científica e a própria formulação teórico-conceitual sobre exclusão social emergiram na França nos anos de 1990, em que as pesquisas se dirigiam aos jovens da periferia, aos desempregados, moradores de rua, propiciando reflexões referentes as novas formas de miséria encontradas (VÉRAS, 2003) e que designou a um novo pensar sobre uma nova questão social. Ressalta-se, como fez Liberato (2007), que este conceito, forjado para compreender/explicar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, guarda grande similaridade com o conceito de marginalidade social, desenvolvido a partir dos anos de 1950 para os mesmos segmentos para os países latino-americanos. O debate aparece no cenário brasileiro, de acordo com Torres *et. all.* (2003), a partir da segunda metade do século XX com a preocupação dos estudiosos em compreender as formas de organização social das favelas urbanas.

O conceito de exclusão social é atribuído a René Lenoir, secretário da Ação Social da França em 1974, que o definiu como um fenômeno social causado por princípios do funcionamento da sociedade capitalista contemporânea. O termo foi utilizado para destacar que um de cada dez franceses estavam excluídos dos serviços públicos. Refere-se aos indivíduos “inadaptados sociais” frente ao processo de pauperização que atingiu grupos sociais jovens residentes na periferia das grandes cidades francesas, além daqueles tradicionalmente marginalizados (TODMAN, 2004).

De acordo com Vêras (2003), as análises efetivadas por Castells (1975) apresentam a exclusão social como sendo uma “fratura social” que desorganiza a sociedade como um todo, fragmentando a coesão social existente. Paugam (2003) compartilha dessa noção e esclarece que, a partir de uma desqualificação social, os indivíduos vão perdendo sucessivamente sua posição na sociedade até chegar a uma situação máxima que se configura na ruptura dos vínculos sociais. Já para Bonetti (1998 *apud* VÉRAS, 2003) a exclusão é decorrente de uma alteração na estrutura social que ocasiona a perda de possibilidade de participação, tanto na estrutura produtiva, mas, principalmente política. Para Rodrigues e outros (1999), a exclusão deve ser vista como produto resultante de um déficit de coesão social, resultado da agudização das desigualdades.

A abordagem desses autores foca em uma dimensão objetiva e social, da forma como se estabelecem as relações sociais dentro do capitalismo. Cabe lembrar que a exclusão possui uma dimensão estrutural e sua expressão ocorre na forma de participação do indivíduo na riqueza socialmente produzida, como descreve Marx (2010). Nesse sentido, as relações sociais

capitalistas, pautadas na propriedade privada dos meios de produção, tira a capacidade dos indivíduos de reproduzirem a vida sem se submeterem a relação salarial e, portanto, a exploração e a extração do mais-valor a partir das horas trabalhadas. Kowarick (1980) procura demonstrar como o processo de produção dos excluídos é inerente ao sistema capitalista, que pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, a partir da expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, subjugando a todos a uma lógica produtiva própria, baseada na apropriação da mais-valia que é extraída a força de trabalho⁴.

Conforme se visualiza, o processo de exclusão de determinado(s) indivíduo(s) e/ou grupo(s) é consequência de uma “série de exclusões, sendo essas decorrentes de causas estruturais e/ou conjunturais.” (LIBERATO, 2007, p.46), que “atira a pessoa (e, muitas vezes, sua família) à margem da sociedade” (CASTELLS, 1975, p.99) e que acentua as privações materiais e sociais desses indivíduo(s) e/ou grupo(s) (ARTHURSON; JACOBS, 2003).

Begum e Moinuddin (2010) demonstram que é a partir de uma determinada forma de exclusão que outras vão se agregando. Assim, situações como baixa renda, desemprego ou subemprego, moradia, educação e saúde precárias conformam um processo cíclico que gera a exclusão social. Conforme Arthurson e Jacobs (2003, p.3 – tradução nossa) afirmam a exclusão é uma construção na qual estão presentes diversas variáveis, “exclusão da educação, da saúde, de moradia, emprego, contatos sociais e cidadania”. Ou seja, uma dada situação de exclusão conduz à outra, e a outra e assim sucessivamente.

Liberato (2007) considera que a exclusão pode se apresentar das mais variadas formas: econômica, política, social, psicológica, cultural, dentre outras, apresentando variação de forma e intensidade, mas que, na maioria das vezes, se manifestam concomitantemente. Tem-se, então, que a exclusão é consequência de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade, que conduz a uma não participação de indivíduo(s) e/ou grupo(s) em atividades econômicas, políticas, culturais e/ou sociais, o que se opõem a noção de integração social. Rodrigues e outros (1999, p.69) esclarecem que a exclusão está associada a uma “trajetória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de handicaps vários como rupturas familiares, desemprego, carência habitacional, isolamento social, entre outros”.

Cabe destacar, portanto, que a exclusão contemporânea deve ser entendida como descrita por Kowarick (1980, p.181), que propõe alterar o eixo da análise referente à exclusão.

⁴ Todavia, essa análise é datada do final do século XIX e da primeira metade do século XX e diz respeito, principalmente, a realidade Europeia. Cabe o esforço de transposição para os países periféricos e dependentes que demonstram a existência de vários expedientes além da relação direta entre capital-trabalho no processo que Mairini (2005) denominou de super-exploração da força de trabalho.

É necessário para os estudos mudarem “[...] de uma perspectiva de exclusão restrita à situação de carência, de falta de algo, para os níveis das relações sociais de produção”. Esse é, de fato, o avanço teórico da questão que o marxismo oferece. Com base nessa concepção é possível entender a contradição básica essencial entre trabalhador e capital, e não entender a exclusão apenas como um desajuste. Dessa maneira é possível pensar a exclusão como resultado (e causa) da luta de classes.

4 PRODUTOS E PRODUTORES DA CIDADE CAPITALISTA: OS EXCLUÍDOS

Espera-se, aqui, apresentar a existência de um dos paradoxos da cidade capitalista: os excluídos socialmente são produtos da lógica da cidade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, são produtores desta realidade já que sua existência e ação, exatamente na condição de excluídos, reforça e reproduz a lógica da cidade capitalista que os gerou.

O fenômeno da urbanização capitalista procura integrar seus elementos num todo de forma coerente. A integração se realiza em diferentes níveis, segundo diferentes modalidades: pelo mercado, pela ideologia, pelos valores e pela ação do Estado. Embora integrados ao funcionamento estrutural do sistema socioeconômico-espacial, muitos indivíduos sofrem a perversidade dessa lógica. Ao mesmo tempo a sociedade capitalista reproduz a segregação, produzindo e mantendo espaços que são destinados aos diferentes grupos sociais. Integra-se para segregar; segrega-se para integrar. A integração do todo à lógica capitalista só é possível com a manutenção de um grupo de indivíduos que é excluído de quase tudo, mas que cumpre uma função dentro do sistema, embora de maneira implícita.

Desde Marx (2011; 2013) tem se desenvolvido a ideia que a exclusão não é uma oposição a riqueza ou ao crescimento econômico. Esse modo de produção que se configura, necessariamente, a partir da acumulação (MARX, 2011), deixa claro o desenvolvimento lógico resultante: existe sempre um fluxo de riqueza que é produzida pela totalidade do corpo social que acaba sendo concentrada na mão daqueles que detém os meios de produção. Portanto, o resultado dessa lógica é sempre a delapidação e a expropriação de parte da sociedade.

Assim, uma das considerações a ressaltar é a necessidade de se entender a exclusão não como uma doença da sociedade – para qual existe tratamento, mais do mesmo remédio que o causou como os discursos capitalistas tentam fazer acreditar. Na verdade, deve ser entendida pelo contrário, como exemplo do vigor do sistema econômico capitalista porque, em essência, o capital tende a se concentrar e, para tanto, pressupõe a desigualdade na apropriação da riqueza,

como é desenvolvido teoricamente pelo marxismo que interpreta a dicotomia entre ricos e pobres como um componente não apenas funcional mas também genético da produção capitalista. Assim, a pobreza parece como uma estrutura do sistema capitalista em que seus fundamentos estão suportados. É frequente a interpretação de que os excluídos são entraves humanos para girar as engrenagens do capital. No entanto, cabe entendê-los, na verdade, como os lubrificantes para o pleno movimento destas. É exatamente por isso que Engels (2007, p.351) destaca a situação resultante da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação desigual das riquezas: “Gerações de seres humanos com cujas vidas se produziu a riqueza eram obrigados a viver na contrapartida simbólica e negativa da riqueza”. E, lembram Marx e Engels (2012), não é apenas através da venda da força de trabalho que ocorre a exclusão, mas sim a partir de “vários expedientes de massivas transferências de riqueza” (HARVEY, 2012, p.54).

A segregação, então, ocorre para determinar de que forma esses indivíduos atuam dentro da estrutura capitalista, alguns (poucos) como CEOs (diretor executivo) e empresários; outros (muitos), como vendedores de mão de obra; e outros (tantos), como força de trabalho de reserva ou nos subempregos.

As cidades devem ser entendidas como produtos e produtoras da estrutura social vigente (LEFEBVRE, 2001). Dessa forma, o espaço das cidades tende a ser hierarquizado de acordo com a própria hierarquização social que existe. Os recursos urbanos, os serviços públicos, a infraestrutura, não são distribuídos de forma homogênea e respondem a uma lógica da divisão social em classes. As classes mais abastadas se concentram nas áreas melhor servidas, enquanto, aos pobres, são destinadas as piores áreas da cidade. A visibilidade e o acesso à cidade dos segmentos de baixa renda no urbano são definidos por uma estética elitista e por uma política perversa. A competição e a mercantilização dos espaços da cidade fragiliza e, quiçá, destrói os laços de solidariedade, justiça social e liberdade em prol da apropriação desigual da riqueza por poucos, enquanto as mazelas sociais consequentes dessa lógica são distribuídas a muitos.

Os excluídos reproduzem as condições que os geraram na mesma medida em que a forma da cidade reproduz a condição de excluído a milhares. Nesse processo de produção do espaço e reprodução das relações de produção que se conforma o processo de exclusão. Com isso passa a conformar uma determinação da existência que parte de seu aspecto imediatamente material e objetivo da produção do espaço de maneira segregada e excludente. Assim, a determinação da forma social particular que a produção do espaço assume no modo de produção capitalista é que engendra a complexa dialética da exclusão do sistema, conformando uma certa

forma de ser. Ambas as categoriais, determinação de existência e forma de ser são centrais em Marx (2011) para entender o capitalismo enquanto uma relação social. A exclusão é, portanto, uma determinação de existência de milhares de indivíduos e uma forma de ser desses enquanto sujeitos.

E aqui cabe inserir uma chave de leitura derivada do pensamento lefebvriano, de que a produção do espaço no capitalismo é o resultado ao mesmo tempo que produtora de injustiças e desigualdades. Sua dinâmica serve à reprodução ampliada do capital, mesmo que para isso sacrifique milhares, empurrando-os para a pobreza e exclusão. É nesse sentido que Santos (1993, p.10) chega a afirmar:

A cidade em si, como relação social e de materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Os excluídos são assim produtos da organização das cidades capitalistas. Ao mesmo tempo, a existência dos grandes contingentes de pessoas excluídas nessas cidades, os moradores de rua esquecidos da sociedade, os pobres que sobrevivem nos limbos sociais chamados de favelas, o marginal condenado a viver a margem, ou o indivíduo obrigado a viver nas distantes periferias, reforça, mantém e reproduz os mecanismos que geram sua própria exclusão. Os excluídos são produtos da cidade capitalista ao passo que também são produtores dela.

Mas como esse processo se faz? Kowarick (1980) procurou ressaltar o papel que o Estado cumpre no processo de exclusão, assim, segundo o autor é o Estado o principal investidor do ambiente construído, implementando melhorias que acaba funcionando como elementos de valorização diferencial da terra, reverberando com o processo de especulação imobiliária. A especulação imobiliária, como aponta Harvey (2012) é por si só um dos mecanismos de exclusão em que parte da burguesia rentista, que se apropria do mais-valor produzido socialmente através da renda da terra, mobiliza sua influência política e econômica de modo a garantir maiores fatias do “sobrelucro espacial apropriado pelos proprietários de terra” (MAGALHÃES, TONUCCI, SILVA, 2012, p.19). Ao fim este é o mecanismo pelo qual se assenta a reprodução do capital imobiliário (COSTA, MENDONÇA, 2012). Como apontam Canettieri, Gonçalves e Liberato (2015, p.6-7):

Assim, o funcionamento da dinâmica imobiliária está ligado a apropriação da mais-valia fundiária pelos proprietários de terra. No entanto, esta classe, para ter acesso ao lucro, deve vender ou alugar a terra para alguém, em especial a indivíduos que possam pagar um valor elevado e, dessa forma, o mercado imobiliário cria a seleção de moradia por meio do lucro que pode obter.

Assim, o funcionamento do mercado imobiliário vinculado aos interesses da reprodução do capital imobiliário apresenta como um mercado restrito cria o problema habitacional (MARICATO, 2003) e, com isso, agudiza a exclusão dos pobres. Os resultados disso são as materializações espaciais de pobreza nas distantes e precárias periferias ou nas favelas desoladas e aglomeradas. Assim, deve-se entender esse espaço como a materialização e a forma espacial dos mecanismos capitalistas de exclusão e segregação social que, no limite, diz respeito a forma como se organiza a produção do espaço nessa sociedade.

Na dinâmica da produção capitalista do espaço é realizada a exclusão por três principais razões. A primeira delas é exposta já com Marx (2013) em meados do século XIX e diz respeito a manutenção de um exército de reserva do qual é necessário para puxar os preços dos salários para valores cada vez mais baixos garantido maiores lucros para a classe burguesa. A segunda razão é a necessidade das cidades do mundo subdesenvolvido do chamado subemprego como os catadores de lixo, papelão e latinhas de alumínio que suportam de forma totalmente precária e altamente espoliados o poder público em troca de alguns poucos centavos o dia de árduo trabalho. A terceira razão está na manutenção de uma ideologia segregacionista, que mantém pessoas na miséria e excluídas como um exemplo negativo e que as outras pessoas temem se tornar. Todo o discurso capitalista construído em torno das ideias de competição e meritocracia ganha força exatamente nesse momento, tomando os excluídos como falhas individuais e não um problema estrutural do capitalismo.

Dessa forma os excluídos cumprem primordial papel na produção da cidade capitalista, não de forma clara e aberta, mas atuando diretamente (lembrando a fórmula da ideologia de Marx (2013, p.264): “eles não sabem, mas o fazem”). A função designada aos excluídos urbanos cumpre tanto uma dimensão material e objetiva – expressa diretamente na paisagem precária em que vivem, como as favelas autoconstruídas e periferias distantes como evidência da superexploração que estão submetido (MAIRINI, 2005) –, como também uma função simbólica, de garantir um certo encadeamento ao discurso capitalista capaz de fazer sentido (ZIZEK, 2014) e, com isso, garantir seu funcionamento e a reprodução do estado atual das coisas.

É a partir daí que a perversidade do modelo das cidades contemporâneas se evidencia. Concomitantemente em que expulsa os pobres para áreas cada vez mais distantes e/ou precárias, sua presença na cidade (ou ao menos próxima o suficiente, não para serem vistos e estragar a estética elitista da cidade, mas o suficiente para se fazer lembrar quando conveniente) é necessária. São duplamente explorados. A primeira produz excluídos. A segunda garante sua inclusão a partir da condição de excluídos. Marca-os e usa-os.

E aqui cabe ressaltar que esse tipo de relação é intrínseco ao capitalismo, pois o capitalismo é uma relação de classe. Ele se realiza somente e porque se configura como dominação entre classes, que se inicia a partir da separação dos indivíduos das formas de produzir autonomamente e da propriedade privada dos meios de produção, mas que se desdobra para formas de dominações a partir dos estigmas colocados sobre indivíduos

O processo de exclusão é então reflexo da forma das cidades e do processo urbano – a lógica na qual a produção e reprodução do urbano estão calcadas atualmente necessitam excluir para atender as necessidades do mercado e da acumulação de capital como é bem demonstrado em Harvey (2012).

O processo que descrevemos aqui segue um roteiro mais ou menos frequente: primeiramente a produção capitalista do espaço, para atender as necessidades das classes hegemônicas que por sua vez servem à acumulação de capital, deve expulsar os pobres já que seus rendimentos não garantem lucratividade para a burguesia. Para isso existem diversos mecanismos desde o livre mercado imobiliário, até ações de remoção realizadas pelo poder público (HARVEY, 2012). Esses indivíduos se deslocam para áreas onde eles possam morar, embora muito provavelmente esse processo irá se repetir novamente. Essas áreas são as periferias distantes e precárias, únicos lugares, que segundo a lógica do sistema, é coerente com a condição de excluído (CANETTIERI, 2015). No entanto para a cidade continuar a reproduzir-se e, até mesmo, sobreviver com essas características, não se poderia “eliminar” os excluídos. Eles devem se fazer presente (material e simbolicamente) na cidade que os expulsou. Esse constitui o paradoxo da exclusão urbana. Ao mesmo tempo em que expulsa os excluídos, é necessária sua presença.

Existe ainda um segundo nível do paradoxo da exclusão urbana que, poderia se dizer dentro de um panorama especulativo, representa um momento mais elevado da contradição colocada. Žižek (2014) trabalha a noção de um movimento dialético que existe, no interior do próprio funcionamento do capitalismo, que cria – mesmo que fora de seu controle, como a figura do mago perverso que Marx (2012) evoca – sua própria destruição. Em Canettieri e Do Valle (2015) é desenvolvida a ideia de que são exatamente a parcela mais excluída que,

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 8, n. 1, p. 64-83, 2016
ISSN 2175-862X (on-line)

obrigada a garantir sua reprodução a partir de vários mecanismos criativos, acabam criando as condições de subverter a ordem capitalista. E essa parece ter sido a aposta de toda uma tradição herdeira do marxismo: encontrar o momento negativo da urbanização.

A parcela dos excluídos que são cerceados dos meios de produção e da cidade que eles fazem parte de sua produção representa aqueles, como alerta Žižek (2014, p.57), “deprived of all social substance” a mesma definição de Marx (2010; 2011) para o proletariado no contexto da industrialização europeia. Assim, Lefebvre (2001), percebendo que se desenrolam no urbano várias das contradições da acumulação de capital, o autor afirma que será aí também, o lócus de novos sujeitos capazes de uma mudança social. Exatamente aqueles excluídos.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: UM PARADOXO DA EXCLUSÃO URBANA

A lógica das cidades capitalistas no mundo subdesenvolvido é produzida e reproduzida a partir de uma concepção segregacionista, elitista, excludente e perversa. Constroem-se as chamadas metrópoles corporativas, as cidades-empresas, o empresariamento urbano, que estão focados na reprodução e acumulação de capital em detrimento de uma reprodução social mais igualitária e justa.

Existe, dessa forma, uma maneira de se (re)fazer a cidade capitalista que produz e mantém pessoas excluídas do todo da sociedade. A exploração da mão-de-obra alienada, esvaziada de criatividade tem expropriada a mais-valia, que é absorvido pelo capitalista a fim de aumentar seus lucros. Além disso mantém-se um exército de reserva de pessoas desempregadas, que pressionam os salários dos empregados para baixo além de realizarem uma série de tarefas que caracterizam o subemprego. Assim, o sistema deve seu funcionamento a pessoas, homens e mulheres, jogados à margem da sociedade pela própria sociedade. Constituem excluídos, marginais, inadaptados socialmente, *underclass*, subcidadãos. Embora sejam vistos como estando fora da sociedade (e da cidade) estas pessoas são, na verdade, parte fundamental para manter a sociedade tal como é concebida. São incluídos da forma mais perversa.

Em uma sociedade capitalista, regulada, essencialmente, pelo mercado, é preciso criar um espaço para aqueles indivíduos “sem-espaço” (na política, na economia, no trabalho, na cidade). Esses, são levados sob a égide do poder político-econômico para a periferia. Da cidade

e do sistema. Mais distantes, mais sem direitos. No entanto, sua exclusão não é total. O sistema busca integrar todos em sua lógica, mesmo os excluídos.

Dessa forma eles atuam de forma ativa na produção da cidade. São necessários ao sistema, são integrados por serem excluídos. Assim, o que é excluído se revela como integrado ao sistema. Mas é exatamente na sua inserção ‘negativa’ na totalidade capitalista que os excluídos se configuram como negação possível a essa totalidade. Como a categoria política de proletariado em Marx (2013), que designa a parte daqueles que não tem parte (como explica Rancière (1996) sobre isso), os excluídos do espaço urbano encarnam o negativo em marcha em um imbricado processo dialético. Sua exclusão é integrada ao sistema, funcional para que continue a se reproduzir. Todavia, sua existência é exatamente o que condiciona a possibilidade de solapar essa totalidade, em um movimento propriamente dialético em que, como lembraria Marx (2010), a negatividade é esticada até seu próprio limite. Se a cidade é negada aos excluídos exatamente para reproduzir o capitalismo, eles e configuram enquanto a negação determinada, a negação da negação, deste modo de produção.

6 REFERÊNCIAS

ARTHURSON, K.; JACOBS, K. **A critique of the concept of social exclusion and its utility for Australian Social Housing Policy**. In: Housing Studies Association Conference, Bristol, 2003.

BEGUM, H.; MOINUDDIN, G. Spatial dimension of social exclusion. **Management Research and Practice**, v.2, n.3, Bucareste, p.314-326, 2010.

CANETTIERI, T. Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais – evidências encontradas na região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.17, p.25-39, 2015.

CANETTIERI, T.; DO VALLE, W. A. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político. **E-metropolis**, n.23, ano 6, p.35-43, 2015.

CANETTIERI, T; PEREIRA, T.; LIBERATO, R. Uma contribuição para o entendimento da segregação urbana: exploração, dominação e valorização. **Revista Espinhaço**, v.4, p.3-13, 2015.

CASTELLS. M. **Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTILHO, C. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da cidade à acumulação de capital e da cidade à realização plena da vida humana. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v.5, n.10, pp.95-113, 2011

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Bertrand, 1993.

COSTA, H.; MENDONÇA, J. Breve trajetória de idéias acerca da dinâmica imobiliária urbana. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte, 2012.

HARVEY, D. A Liberdade da Cidade. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº.26, pp.09 – 17, 2009.

HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento urbano: a transformação da administração urbana. **Espaço e Debates**, ano 16, n.39, 1996.

HARVEY, D. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso, 2012.

HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, n.2, pp.101–131, 1978.

KOWARICK, L. **Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIBERATO, R. de C. **Cidade e exclusão**: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte. (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade de Minas Gerais, 2007.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAGALHÃES, F.; TONUCCI, J.B.; SILVA, H. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. In: MENDONÇA, J.; COSTA, H. **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte, 2012.

MAIRINI, R. M. **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v.17, n.48, p.151-168, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Vol.1. 13ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PAUGAM, S. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora, 2003.

PAULA, J. A. Novas periferias metropolitanas. In: COSTA, H. S. de M. (org.) **Novas periferias metropolitanas – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, p.09-13, 2006.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. Petrópolis: Cia das Letras, 1996.

RODRIGUES, E.; SAMAGAIO, F.; FERREIRA, H.; MENDES, M. M.; JANUÁRIO, S. A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. **Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. n.9, Porto, pp.63-99, 1999.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

TODMAN, L. Reflections on Social Exclusion. **Working Paper of Department of Sociology and social Research of University of Milan**. Milan: DSSR, 2004.

TORRES, H.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e Espaço: Padrões de Segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.48, p.1-33, 2003.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Orgs.) **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, p.75-104, 2000.

VÉRAS, M. B. Sociedade urbana: Desigualdade e exclusão sociais. **Caderno CRH**, n.36, Salvador, p.79-114, 2003.

ZIZEK, S. **Absolute recoil**: Towards a new foundation of dialectical materialism. Londres: Verso Books, 2014.